



## Digitalização de Práticas Psis: uma problematização sobre o uso alienado de tecnologias digitais na psicologia

Camila Pereira Alves<sup>1</sup>  
Letícia Cardoso da Silva<sup>2</sup>  
Vanessa Soares Mauren<sup>3</sup>

### Resumo

A digitalização das práticas psis compõe uma das faces de um processo amplo de captura digital da vida, catalisado e evidenciado pela pandemia. As formas de conhecer, comunicar e intervir psis têm sido moduladas amplamente pelo uso de TDIC's que mediam e conectam profissionais e usuários. Plataformas digitais que além dos serviços fins que oferecem, também compõem um projeto de dataficação e algoritmização da vida. Propomos um ensaio teórico que problematize a digitalização das práticas psis através do uso ingênuo e alienação técnica com a qual a psicologia tem usado plataformas comerciais para deslocar práticas tradicionalmente analógicas na ecologia digital. Como pode a psicologia modular suas práticas de trabalho com interfaces digitais para promover saúde mental coletiva e ampliar modos de ser e existir no mundo fazendo uso de TDIC's situadas no domínio de *big techs* de vigilância, colonialismo e extrativismo digital? A paradoxal digitalização das práticas psis através de interfaces digitais hegemônicas coloca em análise o problema da crença na neutralidade das tecnologias e no desenvolvimento alienado de práticas psis que têm sido catalisadoras de elementos singulares e sensíveis transformados em dados na maquinaria hegemônica da informática de dominação que controla e quer ditar modos de subjetivação contemporâneos. Como saída possível, apostamos na desalienação digital das práticas psis e no uso de tecnologias de software livre.

Palavras-chave: Produção de Subjetividade, Algoritmos, Alienação Técnica, Redes Sociotécnicas, Colonialismo Digital.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente do curso de Psicologia na PUCRS e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGIE/UFRGS).

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS).

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI), do Programa de Pós-graduação em Informática na Educação (PGIE) e do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## **Introdução**

A maior parte das Psicologias se funda nos pressupostos modernos que possibilitaram o avanço do capitalismo nas sociedades ocidentais. Nesta proposta política, intensificam-se estudos que tem como objetivo a quantificação, classificação e a normalização, tomando o indivíduo como objeto do conhecimento. Michel Foucault (2009), situa a artificialidade desta figura-indivíduo, criada pelas ciências "psi" como foco de controle e poder disciplinar, que passa a ser o principal modo de subjetivação moderno. A Psicologia Social situada no paradigma ético-estético-político apresenta a noção de processos de subjetivação como uma contraposição ao sujeito individualizado, essencializado e interiorizado, entendendo o sujeito a partir de termos sócio-históricos e políticos articulado com o campo de forças e formas que produz, ordena e categoriza as experiências de ser e existir no mundo.

Se pensarmos nos modos de subjetivação contemporâneos, poderíamos entender que nossas práticas ainda operam em uma premissa do que Gilbert Simondon (2009) denomina como alienação técnica: uma forma de ler o mundo que supõem uma cisão entre técnica e cultura, sujeito e tecnologia produzindo um deslocamento das maneiras pelas quais as práticas, os saberes e os “objetos” psi são atualizados e modulados pelas tecnologias digitais de nosso tempo. A iminência das medidas de distanciamento social durante a pandemia levaram o Conselho Federal de Psicologia dispor na Resolução 04/2020, dispondo sobre a flexibilização das determinações da Resolução 11/2018, sobre o atendimento psicológico online, realizado através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), condicionando a modalidade ao cadastro dos profissionais na plataforma E-psi da autarquia e reforçando o compromisso ético de sigilo diante da atualização das práticas psis.

O período pandêmico marca um processo de digitalização maciço das práticas profissionais da psicologia. Segundo o *Censopsi* (CFP, 2022), o uso de TICs por psicólogas(os) se intensificou em 78,17%, durante os anos de 2020 e 2021, dos quais 68,5% das/dos profissionais tinham a perspectiva de seguir trabalhando com o intermédio das TICs após a flexibilização das medidas de segurança sanitária. A digitalização das práticas psicológicas é uma das faces de um processo muito mais amplo de captura digital da vida, catalisado e evidenciado pela pandemia. As formas de comunicar, de relacionar, de conhecer passam de maneira quase universal pelo intermédio de aplicações e

plataformas digitais que para além dos fins de serviços que oferecem, compõem também projeto de dataficação da vida (Zuboff, 2018).

Diante desses analisadores, a digitalização das práticas psicológicas e o uso alienado do modo como se produzem as técnicas hegemônicas de plataformas e aplicativos digitais por profissionais da psicologia, articulamos uma discussão teórica que se propõe a analisar os paradoxais processos de digitalização da psicologia com o progresso de interfaces de TIC's hegemonicamente presente nos processos de subjetivação contemporâneos. Diante desse panorama, temos nos inquietado com análises ainda incipientes, mas que apresentam caráter de urgência para esse tema, afinal, como pode a psicologia modular suas práticas de trabalho com interfaces digitais de informação, comunicação e inteligência artificial disponíveis na ecologia digital para promover saúde mental coletiva, sustentar uma ética do cuidado que singularize os sujeitos e ampliar modos de ser e existir no mundo fazendo uso de TIC's situadas no domínio de *big techs* e vigilância, colonialismo e extrativismo digital?

### **Sociedade de controle e suas interfaces digitais**

As diversas interfaces que compõem nossas experiências digitais de navegação são, em absoluta maioria, produtos de grandes monopólios corporativos do norte global que no ocidente podem ser sintetizadas através das empresas que compõem a sigla GAFAM (Google, Apple, Facebook, Meta, Amazon e Microsoft). Esses monopólios constituem seu modelo de lucro dentro da lógica do que Shoshanna Zuboff (2021) conceitua como Capitalismo de Vigilância, uma atualização do capitalismo neoliberal, que ao cooptar as tecnologias digitais dentro de seu, sempre atualizado, modelo de acumulação, toma como matéria-prima os dados constantemente produzidos de nossas interações no ciberespaço, fundando um regime extrativista que operacionaliza-se através do monitoramento e modelagem do comportamento humano em um espreado regime de vigilância digital e processos de filtragem algorítmica.

Na sociedade de controle, a lógica adquirida pelos circuitos de linguagem deixa de ser analógica e passa a sustentar-se através de pressupostos numéricos - o que não significa dizer que são binários - um esquema matemático que passa a produzir confinamento para além das paredes disciplinares das instituições. O confinamento produzido nas sociedades de controle se dá pela organização de padrões moldados em

códigos (Deleuze, 2013). ‘O livre acesso à informação e a liberdade de se comunicar confundem-se com as novas formas de servidão maquínica e sujeição social’ (Parras, 2018, p.353) ao serem produzidas como estratégias de dataficação dos modos de se relacionar com as interfaces digitais.

Inserida no Capitalismo de Vigilância, a experiência digital de navegação tem sua arquitetura delineada pelas demandas extrativistas desta lógica de acumulação. A circulação dos sujeitos e dos discursos em territórios digitais passa a ser orientada pela premissa de personalização, sutil e regularmente denunciada por máximas como: *“Quanto mais nós soubermos sobre você melhor será sua experiência”* e/ou *“Utilizamos cookies para melhorar sua experiência”*. Essa premissa se viabiliza na configuração relacional de sujeitos-tecnologias algorítmicas, que toma o sujeito enquanto fonte ininterrupta de dados, e atribui a modelos algorítmicos ditas propriedades matemático-preditivas capazes de dizer sobre os interesses e desejos de acesso, justificando as práticas extrativas que estes operam.

O que fazem através de processos de extração de dados (dataficação de todo potencial comportamento ou sua ausência), mineração de dados (práticas estatísticas de correlação a fim de estabelecer um padrão comportamental) e perfilização computacional (grandes agrupamentos de “padrões comportamentais” que irão interpelar um determinado grupo ou nicho de sujeitos) (Bruno, 2006; 2008), enunciando quais os discursos devem ser acessados pela suposta persona digital a qual somos categorizadas.

Assim, a vigilância digital atualiza modelos disciplinares (Foucault, 2009) de controle de conduta em que o monitoramento se exercia de forma mais incisiva sobre os sujeitos que desviavam da norma. Este é um modelo que preza por um monitoramento que se espraie por todos os grupos e nichos sociais, na medida em que se consiga exercer práticas de enunciação sobre o maior número possível de perfis. Visibilidade, autovigilância e introjeção da norma assumem outras posições nos processos de produção de subjetividade, pois neste o controle se exerce menos sobre o que o sujeito é e mais sobre o que ele acessa, menos sobre o indivíduo e mais sobre o divido (Bruno, 2008; Simondon, 2009).

Sérgio Amadeu da Silveira (2019) escreve sobre o conceito de modulação algorítmica, situando as dinâmicas de visibilidade/invisibilidade orquestradas por

modelos algorítmicos ao atuarem sobre as maneiras que os discursos circulam (são distribuídos) nas plataformas digitais:

A modulação opera pelo encurtamento do mundo e pela oferta, em geral, de mais de um caminho, exceto se ela serve aos interesses de uma agência de publicidade, instituição ou uma corporação compradora. Assim, ficamos quase sempre em bolhas – que prefiro chamar de amostras –, filtradas e organizadas conforme os compradores, ou melhor, anunciantes. (Silveira, 2019, p. 21).

Neste sentido, em um período marcado por modos de vida digitalizados, aloca-se na relação entre sujeitos e tecnologias algorítmicas um papel de destaque não só em um determinado modo pelo qual se dá a experiência digital de navegação, mas também em atualizadas estratégias de produção de modos de vida amostrificado (Silveira, 2019) que a extrapolam. Sobre os quais estão implicadas práticas, tanto o registro da realidade por meio da vigilância algorítmica, como também a produção das diversas realidades sobre as quais os sujeitos interpelados vivenciam o mundo.

As tecnologias algorítmicas de modulação do ciberespaço, capturadas pela lógica de acumulação do código fechado e sustentadas pelas *big techs*, não só nos conectam e possibilitam um fluxo infinito de informações e possibilidades de comunicação, como também buscam modelar as formas com as quais atualizamos modos de ser e existir no permanente espraiamento do projeto neoliberal de incorporação do mundo. Justificando a necessidade da Psicologia, como Ciência e Profissão, pensar não só como suas práticas se viabilizam por intermédio da internet, mas também como elas são capturadas e pautadas por estes processos de monitoramento e produção de subjetividades. Neste momento, os saberes e as práticas *psi* instrumentalizam e são instrumentalizadas pelos regimes de controle situados na ecologia digital.

### **Alienação técnica na digitalização das práticas psis**

Alienação técnica é um conceito importante para a discussão sobre colonialidade e colonialismo digital e pode ser compreendida como a ‘ignorância ativa sobre como funcionam as redes de criação, de desenvolvimento e uso de tecnologias, na fé da completa ausência de importância de se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos’. (Silveira, 2021, p. 44). A posição alienada diante da técnica algorítmica

marca no contemporâneo os modos como se dão a centralização do controle de dados, interfaces e padrões operados pelas corporações transnacionais do norte global.

Assumir que há uma posição alienada diante do problema da dominação colonial pela técnica parece ser semelhante ao movimento racial que pessoas brancas precisam fazer numa análise de implicação antirracista com a sociedade. Assumir-se branco e encarar essa identidade é o primeiro passo para o rompimento de uma suposta ignorância ativa sobre si e suas respectivas identidades invisibilizadas. Marcar uma posição política diante do problema, que passa diretamente por corpos e territórios de quem cria dados e programa modelos que codificam mundos pode ser um primeiro tempo de definição do problema e apontamento para algumas saídas. Tomar os regimes algorítmicos como dispositivos nooscópicos (Pasquinelli; Joler, 2020) pode nos ajudar a compreender o que se passa, mas também criar outros modos de relação com os pluriversos de dados e infinitas conjugações narrativas e figurativas elaboradas diante da técnica de modelagem maquínica.

Os processos algorítmicos de subjetivação falam de uma experiência contemporânea na qual a alienação técnica produz a paradoxal sensação de dependência da tecnologia, ao mesmo tempo em que distancia o sujeito do entendimento de seu funcionamento, dos interesses políticos envolvidos em suas configurações e das consequências do seu uso. As tecnologias materializam discursos neoliberais, racistas, machistas e coloniais por serem produzidas, em sua maioria, por homens brancos e ricos do norte global. Os modos de subjetivação que elas acionam vão nesta direção, mas, para além disso, também o poder sobre essas subjetividades produzidas. Não se trata mais de disciplinar os corpos na tradição das instituições, mas de produzir modelagens (digitais) que ditam modos de ser e existir padrão, para depois coletar as derivações desses modos de produção de subjetividade, que transformadas em dados, já não montam o quebra-cabeças de um indivíduo coerente em si, mas são efeitos fragmentados de sujeitos e vidas capturadas.

As práticas psi digitalizadas massivamente durante a pandemia, encontraram lastro e a promessa de segurança para sustentação dos princípios éticos da categoria profissional em plataformas, que a princípio garantem uma comunicação sigilosa através da criptografia dos dados. Porém, o uso indiscriminado de plataformas comerciais de código fechado em que não é possível saber como operam as programações digitais que

permitem o funcionamento da infraestrutura, onde dados criptografados passam a ser de domínio privado das corporações, que mantém suas bases de dados majoritariamente situados além-mar, coloca um problema para as práticas psis que têm sido desenvolvidas e sustentadas na ecologia digital.

O uso ingênuo e alienado das plataformas comerciais pelos profissionais faz com que as práticas psis sejam importantes estratégias de dataficação da vida. Pois, aquilo tudo que é próprio do trabalho imaterial de escuta e intervenção desenvolvidos no campo saúde mental, por exemplo, passa a compor as infinitas camadas de dados digitalizados e armazenados em bases desconhecidas e de impossível acesso para quem produziu o material dataficado, o que passará a alimentar as estatísticas preditivas operadas pelos algoritmos de recomendação de vieses e operação técnica desconhecida.

A partir das pontuações realizadas previamente nesta escrita é possível tensionar o quão complexa e por vezes paradoxal é a posição alienada em que se constituem as práticas *psi* no mundo digital. Esta posição alienada não se forja em primazia de um distanciamento da psicologia em relação ao campo das tecnologias, pelo contrário, a partir da noção de Economia Psíquica dos Algoritmos (Bruno, 2019), evidenciase um engendramento dos saberes produzidos em diversas vertentes da psicologia na instrumentalização de tecnologias algorítmicas para a extração e modulação de comportamentos.

Mas, para além disso, este é uma delineamento que parece apontar para uma posição alienada que configura-se não por uma ausência de análise de implicação, mas por um não entendimento de que a Psicologia já está implicada com esta conjuntura (Lourau, 1993). A vigência de um processo de digitalização da área aponta não só para a perspectiva de progressiva digitalização, mas para uma psicologia que já opera pelo digital. Assim podemos indagar: *Como a psicologia pode operar e intervir on-line?*

Com o protagonismo que as plataformas digitais assumem enquanto meios publicitários e em ressonância com um movimento que atravessa diversas classes profissionais, uma significativa parte da classe passa a ver nas redes sociais digitais um canal de divulgação de serviços psicológicos. A presença digital de psicólogos em redes sociais, marca o protagonismo que as plataformas assumem mediante as possibilidades de obter visibilidade profissional e pode servir para um estar em favor de um processo de

“democratização do acesso à psicologia”, historicamente marcada por seus atravessamentos elitistas.

Mas também implica, que para a efetividade deste meio publicitário, esteja condicionado a modulação das informações compartilhadas por esses profissionais as lógicas de funcionamento do ciberespaço. Ou seja, a divulgação de saberes psicológicos não só para produzir informatividade, mas também para produzir *engajamento*. Ilustramos esse processo com os resultados de uma breve busca por “Como criar um instagram profissional de Psicologia” no site de buscas Google. Os resultados para a busca variam de “+ 30.000 posts prontos para psicólogos”, “Instagram para psicólogos: como criar um perfil de sucesso!”, e “Instagram: checklist para você estruturar um perfil perfeito” no site intitulado “Psicologia Viva”.

Analisemos alguns pontos de uma publicação intitulada “Marketing para psicólogos: Como criar conteúdo para Instagram de psicologia” (Santos, 2023), Na publicação os autores discorrem sobre a importância de moldar o conteúdo produzido pela plataforma a um nicho específico de usuários aos quais se deseja atender:

Suponhamos que o seu nicho é ansiedade e você quer atender pessoas que têm condições financeiras e podem pagar pela terapia.[...] Para te ajudar nessa pesquisa, analise seus clientes atuais e identifique padrões comuns em termos de idade, gênero, queixas nas consultas, interesses... Em seguida, liste possíveis ideias de conteúdo que tem relação com todas essas características. Por exemplo, grande parte do público ansioso sempre deseja saber como lidar com a ansiedade ou como identificá-la. **Os seus conteúdos devem abordar exatamente o que seu cliente ideal deseja saber.** (Santos, 2023, n.p).

No exemplo postulado neste trecho, a publicação sugere que as(os) psicólogas(os) utilizem sua expertise, modelada pela lógica de funcionamento das redes, para atrair o engajamento de pessoas *ansiosas*, produzindo para estes um cliente ideal. Pelo menos dois pontos são importantes de se apontar, primeiramente da modulação tanto dos saberes da ciência/profissão dentro do jogo de visibilidade que toma forma nas plataformas quanto a modulação do sujeito que passa a ser “alvo” e ‘produto’ da prática de cuidado psi. Agenciando algorítmicamente tanto as formas que assumem o sofrimento (perfil de sujeito ansioso que acessa este post) quanto às formas de vinculação (psicologia baseada no engajamento).

Segundamente, é possível pensar quais as práticas e possibilidades de extração e modulação se atualizam com as informações que passam a circular nos territórios digitais através da(o) psicóloga(o) (especialista)? O que se produz em modelos algorítmicos, em termos de quantificação e perfilização computacional, quando estes detectam e/ou enunciam a possibilidade de produzir engajamento através da ansiedade de um determinado grupo de sujeitos? Em seguida indica que as postagens devem ser construídas de maneira a “*Despertar emoções*”:

É muito importante reter a atenção e gerar impacto emocional logo na primeira linha. Isso fará com que a pessoa prossiga com a leitura. Desse modo, evite discursos frios, pois isso não gera conexão. Comece a legenda com uma frase de impacto, uma indagação ou até mesmo instigue a curiosidade. Tenha em mente qual emoção você deseja despertar nas pessoas. Veja algumas sugestões: Você sabia que... Tenho que te dizer a verdade... Sei que você também... Eu conheço o sentimento... Apenas pense sobre isso... Eu também já vivi isso... (Santos, 2023, n.p).

Este é um trecho que ilustra como a instrumentalização de processos de modulação algorítmica é ativada pela psicologia nas redes sociais para fins publicitários, compelida a modular suas próprias práticas e saberes dentro de uma economia atencional na qual “os processos algorítmicos tornam-se importantes mediadores da nossa experiência atencional, perceptiva, cognitiva, afetiva, subjetiva, social e econômica nas sociedades contemporâneas.” (Bentes, 2019, p.223).

O Conselho Federal de Psicologia emitiu uma Norma Técnica (Nº1/2022) orientando a divulgação de serviços em Redes Sociais. Na norma, o CFP orienta que a utilização dos canais pelas(os) psicólogas(os) deve pautar-se na manutenção sobre o compromisso ético dos profissionais, pela preservação do anonimato de seus pacientes, etc. A normativa dispõe ainda sobre sobre quais elementos devem compor a base da presença digital de trabalhadores psi nas plataformas:

Além disso, a profissional e o profissional, ao realizar a publicidade de seus serviços, tanto em meio físico, quanto em redes sociais, deverão obedecer às normativas da profissão e garantir que o seu trabalho seja baseado no respeito, na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, a fim de promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Sempre com o compromisso de que sua atuação não caracterize negligência, preconceito, exploração, violência,

crueledade ou opressão, não induzindo a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, raciais, de orientação sexual e identidade de gênero, e capacitistas. (CFP, 2022, p. 2).

A norma técnica produzida pela autarquia dispõe sobre proteção da sociedade de práticas psi publicitárias potencialmente nocivas assim como da proteção da figura individual da(o) psicóloga(o), através da orientação de boas práticas que a(o) proteja de eventuais efeitos indesejados de sua presença nas redes sociais. Entretanto o processo de digitalização da psicologia configura-se em um nível supra-individual, que embora articule se em uma dimensão com os sujeitos psicólogos(os) em sua forma individuada (Simondon, 2009) diz da demanda de construção de uma postura de enfrentamento ético-político em uma esfera coletiva, na dimensão conjunta de classe profissional e campo de conhecimento.

A circulação de saberes, ou “supostos saberes” psicológicos em territórios algoritmicamente forjados precedem e procedem a presença das(os) psicólogas(os). Em certa instância é possível pensar que em esferas micropolíticas se articulam enfrentamentos a partir da construção de uma presença digital pautada pelo cuidado e outros preceitos éticos que tomem com criticismo a lógica de funcionamento arquitetada. Mas em uma esfera macropolítica, quais as possibilidades de uma presença digital da psicologia capaz de promover, unicamente, liberdade? De não contribuir, mesmo que indiretamente enquanto ator de uma ecologia digital, para a modulação algorítmica de dinâmicas de preconceito, estigmatização e reprodução de violência?

Outra prática psi que merece atenção na sua digitalização é a conversão do *setting* terapêutico da clínica analógica para as ecologias digitais através dos atendimentos e intervenções online. Seja na clínica tradicional ou na clínica ampliada, uma das principais práticas psi, a escuta de sujeitos e coletivos, tem sido uma prática revista e reinventada diante das demandas contemporâneas da relação humano-máquina. A Resolução Nº11/2018, regulamenta a prestação de serviços pela categoria psi nos meios digitais e destaca no art 2º, § 2º, ‘que em quaisquer modalidades desses serviços, a psicóloga e o psicólogo estarão obrigada(os) a especificarem quais são os recursos tecnológicos utilizados para garantir o sigilo das informações e esclarecer o cliente sobre isso’. (CFP, 2018, n.p).

Para tanto, usam-se plataformas de videoconferência que garantam criptografia de ponta a ponta, ou seja, uma medida de segurança digital que garante que os dados trocados durante os diálogos só possam ser acessados por quem emite e recebe a comunicação. No plano da garantia do sigilo para indivíduos/coletivos isso opera conforme a prescrição da norma, porém ao compreendermos que a maquinaria do capitalismo de vigilância não está ocupada dos indivíduos, mas sim, dos divídus e da produção de metadados para perfilização e padronização do uso de dados pelos modelos algoritmos, podemos nos dedicar a habitar o problema da relação ingênua que profissionais psis tem estabelecido com plataformas na prática de escuta e intervenções de saúde mental singulares e coletivas a partir de plataformas corporativas. A alienação técnica sobre o modo como se estruturam e funcionam as ecologias digitais está diretamente relacionada à crença ingênua, efeito da posição tecnofóbica<sup>4</sup> que organizou a categoria psi por muito tempo, de que o vínculo humano-humano segue tal qual no setting tradicional quando deslocamos o setting para o panorama digital. Não se trata mais de uma díade terapêutica, mas de uma rede humano-máquina, que inclui inclusive entidades corporativas.

No campo da saúde pública, além do uso indiscriminado de plataformas privadas para a promoção e recuperação da saúde de usuários, também convive-se com o desenvolvimento de aplicativos direcionados à saúde mental modelados em sua maioria pela racionalidade neoliberal do individualismo, desde onde é possível fazer ‘tudo por conta própria’. (Cíngulo, 2019, n.p.).

Meditação, controle de sintomas psicológicos e regulação de processos biológicos, como o sono e alimentação, são alguns dos serviços oferecidos através do acesso aos softwares disponíveis nas lojas de aplicativos. Um grupo de pesquisadoras, coordenado pela professora Fernanda Bruno, debruçou-se sobre a análise de 10 aplicativos, nacionais e internacionais, que oferecem soluções para demandas de bem-estar e saúde mental, e averiguou que a oferta de autonomia para o autocuidado promovida pelos aparatos tecnológicos, na verdade, distancia-se em muito do que pode ser considerado um processo independente de autocuidado.

---

<sup>4</sup> É importante destacar a artificialidade dessa posição tecnofóbica, forjada em uma cisão histórica entre as ditas ciências humanas e os conhecimentos tecnológicos que produz subjetividades de modo a localizar o saber técnico como um poder dos homens e uma falta das mulheres (maioria na classe profissional psi). Isso tem efeitos, inclusive, no nível da produção de desejo pelo estudo das tecnologias.

A existência de um aparato sociotécnico, como um app de saúde mental, demanda uma rede de mediadores invisíveis que atuam coletivamente em múltiplas camadas digitais coletando, analisando, definindo e prevendo comportamentos. Ou seja, a afirmação publicitária de que os exercícios de autocontrole e vigilância são individuais para a produção da própria saúde mental não procede tecnologicamente (Bruno et al., 2021), assim como, também não corresponde aos princípios da saúde mental pública construídos coletivamente desde a Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2015).

### **O que pode a Psicologia frente à digitalização da vida**

É importante atentarmos para o fato de que práticas Psi não apenas alimentam tecnologias que tem por objetivo o extrativismo de dados, mas também o fazem com dados sensíveis, ou seja, que envolvem transtornos psíquicos, desejos, medos, padrões de dinâmicas familiares, dificuldades nas relações de trabalho, entre muitos outros exemplos que poderíamos pensar como factíveis de serem abordados, por exemplo, em uma sessão de terapia online. O problema se amplifica quando consideramos que psicólogas produzem relatos também escritos dos atendimentos clínicos ou quando expandimos o raio de análise para outras áreas da Psicologia. No campo da avaliação psicológica, dados detalhados de respostas dos sujeitos a testes psicométricos, como escolaridade, aprendizagem, atenção, memória, inteligência em seu cruzamento com idade, raça, etnia e nível sócio econômico alimentam programas estatísticos e plataformas de texto comerciais. Além, evidentemente, do próprio diagnóstico do sujeito. No âmbito da pesquisa em Psicologia, produzem-se dados relativos às mais diversas áreas da vida, na medida em que cada vez mais se utiliza de ferramentas comerciais para a realização de entrevistas ou questionários, como o Google Forms.

Apenas para termos uma ideia dos riscos que estas práticas produzem, de acordo com reportagem escrita por Manuel Pascual (2019), publicada no jornal El País, a Nova Zelândia desenvolveu um sistema de cruzamento de 132 dados pessoais sensíveis (como saúde mental, antecedentes criminais, idade, local de moradia) para prever situações de maus tratos em crianças. Nos Estados Unidos, existem algoritmos que classificam os adultos como "solventes" ou não, baseado em dados pessoais cruzados com seu histórico de crédito e renda familiar. Os resultados determinam as taxas de crédito dos bancos e até mesmo se o empréstimo será concedido. Conforme Guilherme Arruda (2023), em

reportagem para o portal Outras Palavras, a Rede Nacional de Saúde de Dados, criada no governo Bolsonaro, prevê o compartilhamento de milhões de dados sensíveis da população às corporações. Uma das consequências disso é a venda dos planos de saúde a baixo custo, promovidas por sua política, com o detalhe de que as pessoas a quem a corporação buscava seriam as consideradas mais saudáveis.

Para Fernanda Bruno, Anna Bentes e Paulo Faltay (2019), a extração, análise e utilização de dados emocionais através de processos algorítmicos característica do contexto neoliberal é denominada *economia psíquica dos algoritmos* e atualiza formas de controle e vão muito além da captura de nossos rastros nas redes, tornando-se "a principal 'moeda' do modelo de negócios que prevalece nas plataformas digitais" (Bruno, Bentes, Faltay, 2019, p.5), produzindo riscos que vão de predição de consumo à indução de votos, tornando-se uma ameaça à democracia.

Retornamos, então, às nossas questões fundamentais. É possível modular práticas Psi e interfaces digitais a partir de uma ética do cuidado e na busca da saúde mental coletiva? Graciela Natansohn e Josemira Reis (2020) analisam o papel do hackfeminismo e transhackfeminismo na construção de uma ética do cuidado frente à opacidade dos algoritmos, buscando a autonomia tecnológica e o uso de redes alternativas livres. Estes coletivos trabalham em três frentes principais: engajamento em ações para formação técnica e visibilidade de mulheres na tecnologia, produção de manuais e produção de hardwares e softwares livres.

O primeiro deles é o que vem sendo mais investido e apresentando novas alternativas, na medida em que problematiza não apenas a presença da mulher nas tecnologias, mas o lugar do feminismo em sua elaboração. A criação de manuais acessíveis sobre tecnologia de software livre e aberto também tem um papel importante, na medida em que enfrenta o problema da alienação técnica antes colocado e trabalha pela democratização de saberes fundamentais. Por último, a própria produção de hardware e software livres. No Brasil, hackerfeministas têm trabalhado na construção de roteadores, servidores, repositórios e editores de arquivos de mídia, texto, e-mails e chats (Natansohn; Josemira, 2020).

Tendo em vista a total ausência de transparência das empresas que gerem as plataformas digitais, dos saberes psi aplicados em práticas de extração de dados e modulação do comportamento parece retornar a comunidade acadêmica da psicologia em

instâncias ainda muito localizadas, reservadas a pesquisadoras e pesquisadores que dedicam seus estudos às temáticas aqui abordada. Situação que reaviva um já antigo tensionamento ético de responsabilização e cuidado com o conhecimento produzido pelas ciências psicológicas.

Cabe à Psicologia atentar a estas alternativas a fim de produzir espaços seguros de trabalho, buscando uma ética do cuidado que não esteja a serviço de inúmeras formas de violência, produzidas de modo invisível - e, ainda, subdimensionadas pelas perspectivas da colonialidade e colonialismo digital que seguem sendo atualizadas.

## Referências

ARRUDA, Guilherme. (2023). Os planos do governo para a Saúde Digital. **Outras Palavras**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/os-planos-do-governo-para-a-saude-digital/>. Acessado em: 15/11/23.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2015). **Caderno HumanizaSUS**, Brasília, v. 5. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_mental\\_volume\\_5.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf). Acessado em: 01/08/23.

BENTES, Anna. (2019). A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. **Políticas, internet e sociedade**, p. 222-234. Disponível em: <https://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Livro-III-Seminario.pdf#page=222>. Acessado em: 01/10/2023.

BRUNO, Fernanda et al. (2021). ‘Tudo por conta própria’: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológica. **Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 33-54. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2205>. Acesso em: 02/09/23.

BRUNO, Fernanda. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, e33095. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>. Acesso em: 15/11/23.

BRUNO, Fernanda. (2008). Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista Famecos**, v. 15, n. 36, p. 10-16. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4410/3309>. Acesso em: 15/11/23.

BRUNO, Fernanda. (2006). Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 152-159. Disponível em: <

<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6129/3304>>. Acesso em 15/11/23.

CÍNGULO. (2019). Disponível em: <https://www.cingulo.com/>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2022). **Quem faz a psicologia brasileira?** um olhar sobre o presente para construir o futuro. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol2-1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf). Acesso em: 01/09/23.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2022). **Nota técnica sobre uso profissional das redes sociais: publicidade e cuidados éticos: NOTA TÉCNICA Nº 1/2022/SOE/PLENÁRIA.** Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI\\_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf)>. Acesso em: 01/09/23.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2020). Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP 04/2020.** Resolução nº 4, de 26 de março de 2020, Brasília, ano 20, 26 mar. 20. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020>. Acesso em: 01/09/2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2018). Conselho Federal de Psicologia. Resolução Nº 11/2018. **Resolução CFP 11/2018:** Orientações sobre a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologia de informação e comunicação, Brasília, ano 20, 28 set. 2018. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020>>. Acesso em: 01/09/23.

DELEUZE, Gilles. (2013). **Conversações.** São Paulo: Editora 34.

FOUCAULT, Michel. (2009). **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Imprensa: Petrópolis, Vozes.

LOURAU, René. (1993). **Análise institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: Editora UERJ.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. (2020). Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. **Cadernos Pagu**, v. 59, e205905. Disponível: <[https://www.researchgate.net/publication/348539844\\_Digitalizando\\_o\\_cuidado\\_mulheres\\_e\\_novas\\_codificacoes\\_para\\_a\\_etica\\_hacker](https://www.researchgate.net/publication/348539844_Digitalizando_o_cuidado_mulheres_e_novas_codificacoes_para_a_etica_hacker)>. Acesso em: 15/11/23.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. (2018). Experiências com tecnoativistas: resistências na política do individual? In: BRUNO, Fernanda et al. (Org.). **Tecnopolíticas da vigilância** : perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, p. 341-354.

PASCUAL, Manuel. (2019). Quem vigia os algoritmos para que não sejam racistas ou sexistas? **El País**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/18/tecnologia/1552863873\\_720561.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/18/tecnologia/1552863873_720561.html)>. Acesso em: 20/11/23.

PASQUINELLI, Matteo; JOLER, Vladan. (2020). **O manifesto nooscópico**: inteligência artificial como instrumento de extrativismo do conhecimento. Tradução de Leandro Módolo, Thais Pimentel. KIM research group (Karlsruhe University of Arts and Design) e Share Lab (Novi Sad). Disponível em: O Manifesto Nooscópico: Inteligência Artificial como Instrumento de Extrativismo do Conhecimento – Lavits. Acesso em: 20/10/23.

SANTOS, Patrícia. (2023). **Marketing para psicólogos**: como criar conteúdo para instagram de psicologia. Como criar conteúdo para Instagram de psicologia. Disponível em: <https://patriciasantosestrategista.com.br/2023/03/05/marketing-para-psicologos-como-criar-conteudo-para-instagram-de-psicologia/>. Acesso em: 13/11/23.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (2021). A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (Orgs.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, p. 32-50.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (2019). A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. **PAULUS**: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 3, n. 6. Disponível em: <<https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/111>>. Acesso em: 20/10/2023.

SIMONDON, Gilbert. (2009). **La individuación a la luz de las nociones de forma y de información**. Buenos Aires: Cactus y la Cebra.

ZUBOFF, Shoshana. (2018). Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanachiro, L. Guilhon, & L. Melgaço. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem, 1a. ed, pp. 17-68. São Paulo: Boitempo.